

O SAJU RIO GRANDE DO SUL E SEU PAPEL COMO MULTIPLICADOR DAS ASSESSORIAS UNIVERSITÁRIAS PELO BRASIL

Coordenador: LUIZA HELENA MALTA MOLL

Autor: CAROLINA ALVES VESTENA

O Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Faculdade de Direito da UFRGS desenvolve projetos de ASSISTÊNCIA e ASSESSORIA, cujo público alvo é a comunidade carente da região metropolitana de Porto Alegre. Os grupos de assistência trabalham com demandas jurídicas individuais, realizando orientações, conciliações, produzindo peças processuais. Já os grupos de assessoria atuam coletivamente direto com a comunidade. Sob a perspectiva da educação popular de Paulo Freire, trabalham com a defesa dos direitos humanos, a organização popular e a luta contra as opressões, unindo-se às comunidades para a consecução de suas reivindicações de acesso aos direitos sociais, à justiça e a conquista da cidadania plena. O trabalho da assessoria jurídica universitária popular ainda é desconhecido nas instituições de ensino superior. Isso é atribuído aos seus referenciais, objetivos, à busca pela interdisciplinariedade dos projetos, portanto, ao seu caráter inovador e alternativo às práticas tradicionais de acesso à justiça e do ensino do direito. Tem deste modo uma visão crítica à concepção dogmática do direito encontrado apenas na lei. Os primeiros projetos de AJUP nasceram no período de redemocratização do Estado brasileiro, logo após do fim do regime militar, por volta dos anos noventa. Partiu da necessidade de superação de algumas práticas assistencialistas, objetivando uma crítica construtiva que levasse à modificação do direito ensinado nas salas de aula, dado que este sempre foi instrumento de manutenção do sistema favorável à classe que domina o conhecimento e o utiliza em seu próprio benefício. Dando asas a esses ideais, nasceram os primeiros projetos de assessoria jurídica universitária popular dentro dos programas de extensão SAJU/RS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o SAJU/BA da Universidade Federal da Bahia. Inicialmente esses projetos tinham como enfoque principal a atuação nas comunidades. No nosso estado, podemos destacar os projetos de regularização fundiária e de direitos da mulher nesses primórdios e, posteriormente, os projetos Sentinela do Sul e Cooperando com a Cidadania nos anos de 2001 e 2002, até hoje o Abrigando a Cidadania e o Ta Direito? Tais projetos consolidaram-se e foram reconhecidos pelas Faculdades de Direito, em especial na UFRGS, onde são apoiados pela pró-reitoria de extensão também. A importância de sua atuação e

resultados está diretamente vinculada com o contato com as comunidades, meio pelo qual a universidade opera a troca de saberes, ou seja, os estudantes apreendem a realidade da vida na comunidade e esta recebe o saber dos estudantes. A experiência positiva dessas atividades de extensão universitária serviu de estímulo a que essa idéia prosperasse e surgissem novas experiências de AJUP's nas IES do país. Estas não se reduzem ao formato do SAJU/RS e SAJU/BA, construíram-se de acordo com suas realidades e possibilidades. Estas experiências levaram à fundação da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU), que se deu durante o Encontro Nacional de Estudantes de Direito, realizado em Niterói, Rio de Janeiro, em 1996. A RENAJU nasceu com o objetivo de promover a divulgação das idéias da AJUP e o intercâmbio entre os projetos e ela filiados; promover a discussão e aprofundamento do saber sobre as condições necessárias para a concretização dos direitos humanos dos cidadãos excluídos dos bens da vida; fomentar a criação de núcleos universitários que lutem pelo acesso à justiça e contra as opressões; e ser o fórum privilegiado da reflexão crítica do conteúdo disciplinar dos cursos de ciências jurídicas e sociais, os cursos de direito, os quais tradicionalmente limitam-se ao ensino das leis com base em códigos e nas doutrinas e jurisprudência, almejando assim contribuir para uma relação profícua entre os estudantes e a universidade, de forma propositiva recíproca. A partir dessas iniciativas dos projetos gaúcho e baiano, a RENAJU desenvolveu-se, ocupando espaços e adquirindo respeitabilidade em termos de suas práticas de assessoria jurídica popular. Hoje são doze os projetos que a compõem, além de intercâmbio com aqueles que não a compõem formalmente. O SAJU/RS teve, neste sentido, o papel de fomento para o surgimento desses projetos de assessoria, através de debates e oficinas nos encontros da Rede Nacional. Os "sajuanos" levam suas práticas, desenvolvem dinâmicas, levantam novas idéias através de discussões sobre as questões teóricas e práticas que emergem das experiências dos participantes da rede. O Encontro Nacional de Estudantes de Direito, assim tem sido um dos principais foros de divulgação de troca de experiências dos projetos de assessoria. É também uma forma democrática de levar os estudantes apegados ao modelo tradicional de ensino jurídico a refletirem sobre as suas próprias experiências e perceberem as diferenças entre as idéias emancipatórias de acesso à justiça e aos direitos humanos e as limitações do acesso à justiça através do judiciário. Também no âmbito do Estado do RS existe o espaço de fomentar a multiplicação da assessoria jurídica universitária. São os encontros regionais de estudantes de direito, os chamados EGED's (Encontro Gaúcho de Estudantes de Direito). O SAJU, neste espaço, vem reivindicando a criação de assessorias jurídicas populares que sejam apoiadas pelas IES, assumindo um papel de instrumento facilitador.

Hoje, devido a este papel facilitador e incentivador dos sajuanos, podemos contar com projetos de assessorias por todo o estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo nas faculdades de Direito de Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, PUC/RS, Ritter dos Reis. Portanto, sem dúvida o SAJU/UFRGS pode dizer que tem ampliado as fronteiras de seu saber, levando às comunidades universitárias do Estado e do PAÍS A SUAS EXPERIÊNCIAS. O papel atuante dos seus projetos para a ampliação das fronteiras da UFRGS, no que tange ao acesso à justiça e às práticas de educação popular emancipatória e conquista de direitos sociais para a concretização dos direitos humanos. Hoje a parcela de estudantes que pratica a assessoria jurídica popular na Faculdade de Direito é reduzida se comparada a dos estudantes que realizam trabalhos com demandas individuais na assistência jurídica. No entanto, ainda que de forma reduzida, seu papel inovador e multiplicador vem sendo altamente importante na busca da valorização desta prática, abrindo os espaços, divulgando aos seus naturais parceiros suas experiências, tais como nos movimentos sociais, ONG's, para a população carente e a própria universidade, espaço que se dá nos salões de extensão. Acreditamos que o trabalho ainda precisa se ampliar e conquistar adeptos. Nossas práticas ainda são recentes, todavia, cabe ressaltar que os resultados vêm sendo positivos na UFRGS e em outras Universidades do Brasil.